



Controle de parcerias com ONGs avança no Senado

Comissão de Serviços de Infraestrutura aprovou ontem projeto que estabelece um marco regulatório para o relacionamento entre o poder público e organizações do terceiro setor. Proposta ainda passará por três comissões

Projeto de lei (PLS 649/11) de Aloysio Nunes Ferreira impõe mais rigor na seleção das entidades parceiras do poder público ao exigir realização de concurso público e tempo mínimo de três anos

de funcionamento da organização. Entidades interessadas nos convênios devem estar previamente cadastradas na administração federal, e seus estatutos devem coibir a obtenção de vantagens indevidas de dirigentes e

prever a divulgação anual de relatório financeiro. A proposta segue para as comissões de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle, Assuntos Econômicos e de Constituição, Justiça e Cidadania. **3**

Silêncio de Demóstenes gera embate na CPI

O silêncio de Demóstenes Torres na CPI provocou discussão entre o deputado Silvio Costa, que o chamou de mentiroso, e o senador Pedro Taques, que criticou o tom das acusações. **4 e 5**



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Frente à discussão sobre a postura de Demóstenes (2º à esq.), o presidente da CPI, Vital do Rêgo (D), finaliza a reunião

Congresso vai celebrar Dia do Meio Ambiente segunda-feira 7

MP do Código Florestal começa a ser examinada 7

Acordo elimina visto para todos os países da União Europeia

A Comissão de Relações Exteriores ratificou ontem acordo assinado pelo Brasil com a União Europeia que dispensa o visto para viagens a todos os países do bloco. Texto vai agora ao Plenário **8**

Já é lei a isenção do PIS-Pasep e da Cofins para trigo, farinha e pão

O Diário Oficial da União publicou ontem a Lei 12.655/12, que prorroga até dezembro a isenção. Para massas alimentícias, o benefício será até o final deste mês. **6**



Márcio Kolumbe/Agência Senado

Ao lado de Cyro, Russo e Luiz Henrique, Moka (D) defende redução de um ponto percentual nos juros para o campo

Senadores pedem que governo diminua os juros para a agricultura

Diante da redução da taxa Selic, integrantes da Comissão de Agricultura cobraram a diminuição, em pelo menos 0,5%, dos juros aplicados em financiamentos agrícolas. **6**



Campanha do agasalho 2012

Movido a calor. Ajude a abastecer.

Doações de cobertores e roupas nos pontos de coleta do Senado

De 1º a 22 de junho

Mais informações:
www.senado.gov.br/senadosolidario



Foto: Rodrigo Viana | Secs | Supres - Núcleo de Criação e Marketing

Comissão Diretora decidiu ontem que vencimentos serão apresentados individualmente, com o nome de cada funcionário, para atender à Lei de Acesso à Informação, em vigor desde 16 de maio

Senado começa a divulgar salários em 31 de julho

OS SALÁRIOS DOS servidores do Senado e da Câmara dos Deputados devem ser divulgados ao público a partir de 31 de julho. Foi o que informou ontem o diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado, Fernando Cesar Mesquita, após reunião da Mesa do Senado. Os vencimentos serão apresentados de forma individual, com o nome de cada funcionário.

— A forma como isso será divulgado está sendo acertado em conjunto entre Senado, Câmara e Tribunal de Contas da União — disse Mesquita, acrescentando que “a intenção é divulgar tudo”.

O ato da Comissão Diretora que trata da divulgação dos salários será publicado hoje no *Boletim Administrativo de Pessoal* (BAP).

A decisão de publicar os salários acontece após o governo regulamentar mês passado a

Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/11), que obriga órgãos do Executivo, Legislativo e Judiciário a fornecerem informações sobre suas atividades a qualquer cidadão. O projeto que deu origem à lei foi aprovado pelo Senado em outubro, após intenso debate sobre o sigilo de documentos.

Sigilo é exceção

A lei segue o princípio de que o acesso à informação pública deve ser a regra e o sigilo, a exceção. Para isso, determina a criação, em todas as instituições públicas, de serviços de informação ao cidadão (SICs) e estabelece procedimentos, normas e prazos para o atendimento das demandas.

A lei também responsabiliza o servidor que descumprir as determinações legais. Recusar a fornecer informação e destruir ou alterar documentos podem caracterizar infração

ou improbidade administrativa. Uma informação pública somente pode ser classificada como sigilosa quando colocar em risco a segurança da população, a soberania nacional, as relações internacionais ou as atividades de inteligência.

Mesmo antes da lei, o Senado já atendia a 80% do que ela determina. Em 1995, foi lançada a página na internet. Em 1997, surgiu o Alô Senado, a primeira central de atendimento telefônico de órgão legislativo no país. O sistema de comunicação, também pioneiro, tem hoje TV, rádio, jornal e agência de notícias. Em 2009, o Senado criou o Portal da Transparência e, em 2011, inaugurou a Ouvidoria.

Em maio, o Senado lançou ainda o Portal e-Cidadania, que vai além das exigências da nova lei, ao permitir que todo cidadão proponha debates em comissões e projetos de lei.



José Sarney, Cícero Lucena, Vanessa Grazziotin, Ciro Nogueira e Waldemir Moka participam da reunião da Comissão Diretora

Rollemberg defende fim do voto secreto no Congresso

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) defendeu, na quarta-feira, o fim do voto secreto no Congresso. Segundo ele, a democracia brasileira tem se solidificado nos últimos anos, mas pode avançar ainda mais, instituindo-se, por exemplo, o voto aberto dos parlamentares em todas as situações.

O senador disse que as leis da Transparência, da Ficha Limpa e a de Acesso à Informação são exemplos do avanço democrático da legislação brasileira. Para ele, a instalação da Comissão da Verdade, o funcionamento das instituições, as manifestações populares e a liberdade de imprensa mostram que o Brasil

vive, hoje, um processo pleno de democracia.

— A democracia brasileira está madura o suficiente para garantir o voto aberto no Congresso Nacional. A população tem o direito de saber como votou aquele que recebeu seu voto — declarou.

Rollemberg disse que, no caso específico de cassação de mandato, o parlamentar não pode se esconder atrás do voto secreto e o cidadão tem o direito de saber como votou o deputado ou o senador que ajudou a eleger.

O senador lembrou que, em breve, é possível que o Senado tenha de passar por essa situação — o senador Demóstenes



Eleitor tem o direito de saber como votam os parlamentares, diz senador

Torres responde a processo no Conselho de Ética da Casa por quebra de decoro.

Em aparte, Ana Amélia (PP-RS) disse apoiar o voto aberto, mas fez duas exceções: na derubada de veto da Presidência da República e na escolha de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

Primeiro governador do Amapá será homenageado

O Congresso vai se reunir em sessão solene, na segunda-feira, para celebrar o centenário de nascimento do primeiro governador do Amapá, Janary Gentil Nunes. Nascido em Alenquer, no Pará, em 1º de junho de 1912, foi ele quem governou o então território por mais tempo, de 1943 a 1956.

A sessão solene está marcada para as 10h, no Plenário do Senado. A iniciativa da homenagem é do senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e do deputado Sebastião Bala Rocha (PDT-AP). Segundo Randolfe, foi no

governo de Janary Nunes que se estruturaram as bases do que é o estado do Amapá hoje. Em pronunciamento recente, o senador comparou o legado do governador ao do presidente Juscelino Kubitschek (1902–1976).

De formação militar, Janary Nunes assumiu a gestão do território por indicação do então presidente Getúlio Vargas, com apenas 31 anos. Entre suas obras, Randolfe destacou a construção de fazendas-modelo, centros hortigranjeiros, escolas e aeroporto.

Também devem ser creditadas a Janary Nunes as bases da companhia de eletricidade e a descoberta do manganês, cujas royalties o governador utilizou para a construção da Usina Hidrelétrica do Paredão.

Conforme Randolfe, “Janary Nunes soube valorizar o Amapá e a Amazônia”. O homenageado também foi presidente da Petrobras e embaixador do Brasil na Turquia. Faleceu no Rio de Janeiro, em 15 de outubro de 1984, aos 72 anos.



Janary governou o Amapá entre 1943 e 1956 e estruturou o estado

Reprodução/Tribuna Amapaense

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO: Sessão destinada a pronunciamentos

9h A sessão é não deliberativa, destinada a discursos dos senadores.

CRA: Regularização de propriedades rurais

14h Em debate, o Programa de Regularização Fundiária na Amazônia Legal, com foco na regularização rural. A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária ouviu Johaness Eck, sub-chefe-adjunto de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República, entre outros.

CPI DA MULHER: Audiência pública em Alagoas

14h A comissão parlamentar mista de inquérito que investiga a violência contra a mulher promove audiência pública com a participação, do secretário de Saúde, Alexandre de Melo Toledo. O encontro ocorre na Assembleia de Legislativa de Alagoas.

MERCOSUL: Perspectivas para o continente

16h “Crise, Estado e desenvolvimento: desafios e perspectivas para a América do Sul” é o tema de audiência da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.

CÓDIGO PENAL: Debate em Cuiabá

14h A comissão de juristas que elabora o anteprojeto do novo Código Penal realiza audiência pública em Cuiabá. Será debatido o tema “O novo Código Penal”.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Suplicy comemora redução da taxa de juros pelo Copom

Eduardo Suplicy (PT-SP) comemorou ontem a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) de reduzir a taxa básica de juros (Selic) de 9% para 8,5%. Em pronunciamento, ele ressaltou que o Brasil passa a ter a menor taxa de juros já registrada na sua história.

O senador defendeu a transparência do Copom, sugerindo que as reuniões do comitê passem a ser transmitidas ao vivo pela televisão, pelo rádio ou até mesmo pela internet para que as pessoas possam acompanhar a análise, pelos diretores do Banco Central, da política econômica do país.

Suplicy elogiou a decisão, já em vigor desde a reunião do Copom de quarta-feira, de os votos dos diretores serem abertos. Ele sugeriu que o Senado faça o mesmo, principalmente em processos de quebra de decoro, em que os votos ainda são secretos.

Em aparte, Ana Amélia (PP-RS) disse que o Copom pode reduzir novamente a Selic nas reuniões marcadas para 11 de julho e 29 de agosto. A senadora lembrou, porém, que o Brasil ainda tem uma das maiores taxas de juros entre os países emergentes.

— No *ranking* da competitividade, estamos ocupando agora a 46ª posição, mas atrás de países como a Índia, o México e o Peru.



Senador sugere que as reuniões do Copom sejam transmitidas ao vivo por rádio e TV

Senador comenta palestra sobre transferência de renda

Em pronunciamento na quarta-feira, Eduardo Suplicy relatou sua participação, como representante do Senado, no encontro anual da Eastern Economic Association, realizado em março, em Boston, nos Estados Unidos.

No evento, Suplicy fez palestra sobre programas de transferência de renda. Ele destacou mecanismo de crédito fiscal que tem sido adotado nos Estados Unidos desde os anos 1990 como suplementação de renda de famílias mais pobres e que foi seguido em países da Europa. Para o senador, os resultados da iniciativa são positivos.

— Os trabalhadores, assim como os empresários, têm aprovado esse procedimento, pois os trabalhadores se tornam mais produtivos e com uma remuneração maior — explicou.

Suplicy defendeu a extensão do programa de renda básica para todos os brasileiros. Ele chamou a atenção para o perigo da desindustrialização do país, problema que atribuiu ao prolongado período de valorização cambial e aos elevados encargos sociais.



Presidente da reunião que aprovou a proposta, Lúcia Vânia ouve a opinião de Cyro Miranda

Projeto de marco regulatório aumenta rigor para convênios entre governo e ONGs

Comissão de Serviços de Infraestrutura decide que parceiras sejam escolhidas por meio de concurso público e prevê mudanças para reforçar a fiscalização

ENTIDADES INTERESSADAS EM parceria com o poder público devem observar princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência. Essa exigência está no novo marco regulatório do relacionamento entre governo e terceiro setor, aprovado ontem pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

O projeto (PLS 649/11) de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) determina que estatutos de organizações não governamentais (ONGs) e organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips) devem coibir a obtenção de vantagens indevidas por seus dirigentes e prever a divulgação anual de relatório de suas atividades e de suas demonstrações financeiras.

Concurso público

O projeto impõe mais rigor na seleção das entidades parceiras do governo, exi-

gindo escolha por meio da realização de concurso público e tempo mínimo de três anos de funcionamento da organização. As entidades interessadas nos convênios devem estar previamente cadastradas na administração federal.

No caso de convênios de maior porte, as entidades parceiras devem se submeter a regulamentos de compras e de contratação de obras e serviços, como a Lei 8.666/93. O projeto aprovado pela comissão estabelece ainda sanções contra infrações, aplicáveis tanto às entidades parceiras como aos agentes públicos que derem causas às irregularidades.

Na justificativa do projeto, Aloysio afirma que a proposta determina ênfase no controle e na fiscalização preventiva. O objetivo, como esclarece o senador, é preencher a ausência de monitoramento da execução de convênios, bem como de avaliação dos resultados obtidos.

Fiscalização deficiente possibilita descumprimento das parcerias

Segundo Aloysio, a falta de controle nas parcerias com as ONGs ocasiona uma série de consequências danosas, como descumprimento do objeto de convênio por inexecução, e execução parcial ou imperfeita.

Na avaliação do senador, há ainda risco de dano ao erário pelas irregularidades das entidades na aplicação dos recursos transferidos e pela impossibilidade de adoção de medidas corretivas e de avaliação consistente da eficácia e efetividade das ações executadas.

Com 120 artigos, o projeto não institui “mais uma norma jurídica” nas relações entre Estado e terceiro setor, conforme

o senador. Seu objetivo é estabelecer um marco legislativo amplo sobre o assunto, com base em dados da CPI das ONGs, da Controladoria-Geral da União, do Ministério Público e do Executivo.

A reunião de ontem foi presidida pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), e o relatório favorável ao projeto foi lido pelo senador Valdir Raupp (PMDB-RO).

O projeto ainda será examinado por três comissões do Senado: Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), Assuntos Econômicos (CAE) e Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Mozarildo lembra período da Constituinte

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) destacou ontem, em discurso no Plenário, matéria da edição de maio da revista *Congresso Nacional* que retrata “os sobreviventes da Constituinte”. A publicação cita 11 senadores, 23 deputados federais e dois deputados estaduais que participaram da Assembleia Constituinte e que têm mandato político atualmente.

O senador, que era deputado federal em 1987, afirmou ter muito orgulho de sua participação na Constituinte, que resultou na Constituição federal de 1988.

— Eu também tenho muita honra de estar entre esses sobreviventes — afirmou.

Mozarildo lembrou a história de Roraima desde que era território até se transformar em estado. Também destacou pontos de sua biografia, como a carreira como médico, que exerceu até a decisão de entrar na política.

A criação de uma universidade federal e a instalação de uma escola técnica em Roraima estavam entre as bandeiras de Mozarildo na época da Constituinte.

O senador pediu atenção para a questão dos servidores que eram do quadro do antigo território e foram assumidos pelo governo federal. Mozarildo também elogiou a atuação do Tribunal de Justiça local e parabenizou o Tribunal de Contas do estado, que está completando 20 anos.



Senador foi deputado federal na assembleia que gerou a Constituição

Humberto Costa registra Dia Mundial sem Tabaco

Humberto Costa (PT-PE) enumerou ontem, Dia Mundial sem Tabaco, os males decorrentes do fumo, como câncer, problemas respiratórios e cardiovasculares, impotência masculina e infertilidade feminina.

Ele lembrou que o cigarro não é prejudicial somente para os fumantes.

— Os não fumantes expostos à fumaça do cigarro têm 30% a mais de chances de desenvolver o câncer de pulmão e 24% a mais de sofrer infarto e doenças cardiovasculares — afirmou.

Humberto Costa relatou, ainda, os danos causados ao meio ambiente ao longo da cadeia de produção do tabaco — como o uso de agrotóxicos, o desmatamento e os incêndios.

— Os agricultores, por



Humberto Costa defende aumento de impostos sobre o cigarro

exemplo, são vítimas tanto dos pesticidas quanto de doenças provocadas pelo manuseio da folha do tabaco, a chamada doença do tabaco verde — disse.

O senador ressaltou que as doenças provocadas pelo cigarro oneram o Sistema Único de Saúde (SUS), que já necessita de mais recursos para se modernizar e atender adequadamente às

demandas da população.

Ele citou um estudo financiado pela ONG Aliança de Controle do Tabagismo (ACT) apontando que a quantia arrecadada pela Receita Federal com impostos sobre derivados do tabaco em 2011 foi cerca de um terço das despesas públicas com o tratamento de doenças causadas pelo produto.

Diante desses males, Humberto destacou a luta pela conscientização dos riscos do tabaco e defendeu que subcomissão temporária sobre financiamento da saúde discuta a elevação de tributos incidentes sobre “bens supérfluos e não saudáveis”. — O Senado pode dar importantes contribuições com debates e propostas para a redução dessa prática tão nociva.

Para Ângela, país avança na luta contra a mortalidade materna

Ângela Portela (PT-RR) falou da queda recorde no índice de mortalidade materna no país. Segundo ela, isso é graças ao Programa Rede Cegonha, lançado em 2011.

Dados do Ministério da Saúde mostram que, entre janeiro e setembro de 2011, houve 1.038 mortes de mulheres em decorrência de complicações da gravidez ou do parto. Em 2010, haviam sido 1.317 mortes.

Apesar da redução de 21%, o Brasil ainda tem motivos para se constar frente à comunidade internacional, afirmou Ângela Portela. O país está longe de se adequar aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, das Nações Unidas, segundo os quais deverá registrar o máximo de 35 óbitos por 100 mil

nascidos vivos até 2015. Em 2010, esse número chegou a 68 óbitos — uma grande redução em comparação com os 141 de 1999, mas ainda longe da meta.

Por isso o governo tem investido em políticas sociais como o Programa Rede Cegonha, afirmou.

O programa assegura assistência integral à saúde da mulher e da criança, desde o momento da confirmação da gravidez até os 2 anos de vida do filho. Em um ano, recebeu R\$2,5 bilhões para qualificar a assistência à mulher e ao bebê e já garante o atendimento a 36% das gestantes do Sistema Único de Saúde (SUS).

Até mesmo vale-táxi para o dia do parto e auxílio-transporte para que realizem todos os exames do



Ângela Portela: avanços foram obtidos por causa da Rede Cegonha

pré-natal são assegurados. Por isso, mais de 1,7 milhão de mulheres fizeram pelo menos sete consultas pré-natais no último ano.

A senadora elogiou o trabalho feito pelos comitês estaduais e municipais de Mortalidade Materna, que analisam todos os óbitos maternos para apontar medidas de intervenção para sua redução, um importante instrumento de acompanhamento e avaliação permanente das políticas de atenção à saúde da mulher.

Jucá destaca lei contra cheque-caução em urgências

Romero Jucá (PMDB-RR) comemorou, na quarta-feira, a sanção da lei que torna crime a exigência de cheque-caução ou outra garantia em atendimentos médicos de urgência.

A Lei 12.653/12, de autoria do Executivo, foi sancionada pela presidente da República, Dilma Rousseff, na segunda-feira.

A nova regra acrescenta a conduta de “condicionamento de atendimento médico-hospitalar de urgência” ao Código Penal (Art. 135-A), prevendo detenção de 3 meses a 1 ano e multa.

A pena poderá ser dobrada se a falta de atendimento resultar em lesão corporal



Romero Jucá elogia a aprovação rápida da lei pelo Congresso

grave, e triplicada, se levar à morte do paciente.

— É muito importante que cada cidadão desse país saiba do seu direito. Ouvimos muitas histórias de pessoas que chegavam a hospitais e não tinham o atendimento prestado de forma rápida.

O senador elogiou a aprovação rápida da lei pelo Congresso Nacional.

Duvanier

O senador também lembrou que o projeto de lei foi proposto após a morte do secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Duvanier Paiva Ferreira. O secretário morreu de infarto, em janeiro, após ter atendimento recusado em dois hospitais de Brasília.

— Era uma figura notável, um cidadão que se dedicava ao serviço público brasileiro, e que teve, de certa forma, socorro omitido — disse o senador.

Silêncio de Demóstenes gera discussão entre o senador Taques e o deputado Silvio Costa

Com a decisão de Demóstenes de permanecer em silêncio na CPI do Cachoeira, Costa subiu o tom e chamou o senador de mentiroso e hipócrita, fazendo com que Taques repreendesse o deputado

TERMINOU EM CONFUSÃO a reunião de ontem da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) mista do Cachoeira, marcada para interrogar o senador Demóstenes Torres (sem partido-GO).

Assim que o parlamentar informou que usaria o direito constitucional de permanecer em silêncio, o deputado Silvio Costa (PTB-PE) pediu a palavra para repreender Demóstenes. A atitude do deputado provocou a intervenção do senador Pedro Taques (PDT-MT). Os dois discutiram e o presidente da CPI, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), encerrou a reunião, que durou apenas 30 minutos.

— Seu silêncio é a tradução de sua culpa. Com isso, o senhor diz que faz parte da quadrilha de Carlos Cachoeira, diz que é o braço legislativo da organização criminosa — afirmou Costa dirigindo-se a Demóstenes.

O deputado pernambucano prosseguiu, afirmando que Demóstenes traiu os parlamentares, os amigos e o Brasil e deveria ser processado por propaganda enganosa:

— Se o céu existir, o senhor não vai para o céu, porque lá não é lugar de mentiroso, nem de gente hipócrita e demagoga. Por isso, o senhor terá 80 votos para cassação no Plenário do Senado — disse.

Taques interveio para criticar a postura de Costa e defender o direito de Demóstenes de permanecer em silêncio.

— Temos que obedecer à Constituição. Fui procurador da República por 15 anos. Prendi mais de mil pessoas, ouvi mais de 2 mil. Um deputado não pode tratar quem quer que seja com indignidade. Não interessa quem seja. Eu entendo que todos devem ser tratados com urbanidade — afirmou o senador, que pediu



Pedro Taques (C) e Silvio Costa (de pé) discutem na reunião da CPI em que Demóstenes Torres recorreu ao direito de ficar em silêncio e não responder às perguntas de parlamentares

em seguida a liberação de Demóstenes.

Diante da continuidade da discussão entre os dois parlamentares, Vital do Rêgo decidiu encerrar a reunião.

Divergências

Na saída da CPI, Costa disse à imprensa que Taques havia sido deselegante e desrespeitoso:

— O senador Pedro Taques foi deselegante comigo, pois eu estava falando como líder e ele não podia interromper minha fala para uma questão de ordem para defender o colega. Mas agora ele tirou a máscara e mostrou que é um dos defensores de Demóstenes no Senado.

Taques, por sua vez, afirmou que ninguém pode ser humilhado, mesmo aquele que comete o crime mais grave. Disse também que um parlamentar não pode se igualar a criminosos e humilhar quem quer que seja.

— É muita bazófia. Não faço parte da chacinha deste deputado, do séquito deste deputado, portanto, não tenho que bater boca com este deputado. Lugar de desabafo é em boteco, não na CPI.

Governadores devem depor nos dias 12 e 13 de junho

Vital do Rêgo anunciou as datas dos depoimentos dos dois governadores convocados pela comissão. O primeiro a depor será Marconi Perillo (PSDB), de Goiás, em 12 de junho. No dia 13, será a vez de Agnelo Queiroz (PT), do Distrito Federal.



Vital (2º à dir.) finaliza reunião da CPI, encerrando bate-boca provocado pelo silêncio de Demóstenes (2º à esq.)

CPI é conduzida com rigor, afirma Vital

Após reunião da CPI mista, o presidente da comissão, senador Vital do Rêgo, disse que usou o rigor necessário na condução dos trabalhos.

Vital liberou Demóstenes Torres e encerrou a reunião, pondo fim a uma discussão entre o deputado Silvio Costa e o senador Pedro Taques a respeito de Demóstenes, alegando direito constitucional de permanecer em silêncio, não ter respondido a perguntas de parlamentares.

Segundo o presidente da CPI, todos os requerimentos na agenda poderão ser votados na próxima reunião administrativa. Vital lembrou que a comissão já votou 300 requerimentos e aprovou pedidos de transferência de mais de

70 sigilos, tendo ainda para exame uma gama de informações disponibilizadas pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coafi). Sobre a suspensão do depoimento de Carlinhos Cachoeira, marcado para esta quinta-feira no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em Goiânia, Vital disse ser “uma manobra da defesa”, mas assegurou que o contraventor será reconvocato a falar à CPI tão logo preste informações à Justiça de Goiás.

Quanto ao encerramento da reunião de ontem, ele explicou que “a liberação de Demóstenes foi um ato padrão da CPI.”

— Aqueles que não falam são imediatamente liberados. Atendi a uma questão de ordem do senador Pedro

Taques para cumprir o que vinha sendo feito com outros depoimentos — disse.

O senador reconheceu que o clima na CPI ontem “saiu do tom das discussões que devem existir nas relações parlamentares”, mas afirmou que o episódio não afetará a continuidade dos trabalhos, pois, em sua presidência “sempre vão ter medidas para dar o tom necessário, o rigor necessário, a postura necessária.”

— Não somos infalíveis e aquilo que não tiver dentro do padrão, será colocado em ordem — afirmou.

Já Taques ressaltou que Vital deveria ter dispensado Demóstenes, “como foi feito com outros criminosos que por ali passaram”, no momento em que ele disse que faria silêncio.

Randolfe: réu transformou-se em vítima

Para Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), ficou “patente e claro” que Demóstenes Torres não quer contribuir com a CPI. Em sua opinião, é uma decisão que vai pesar contra ele na opinião pública e no próprio Senado. No entanto, o senador considerou certas reações ao silêncio do depoente um “espetáculo triste e lamentável, que transformou um réu confesso em vítima”.

— Cada vez mais a situação de Demóstenes se complica. Estou cada vez mais convencido de que a maioria dos colegas da Casa tem convicção de que não tem como o senador Demóstenes não ser responsabilizado pela quebra de decoro — afirmou Randolfe.

O deputado Miro Teixeira (PDT-RR) minimizou o incidente e lamentou o encerramento antecipado da reunião.

— Essas brigas acontecem vez por outra, mas qualquer cidadão deve ser tratado com respeito. O relevante é analisar este fato para evitar que aconteça de novo. Encerrar a reunião por causa de um tumulto foi um erro. Havia assuntos importantes a serem deliberados e agora temos que deixar para semana que vem.

Ainda de acordo com Miro Teixeira, a “chapa da CPI está esquentando” à medida que novos documentos relevantes vão chegando e os dados começam a ser cruzados.

— Os cruzamentos de dados vão revelar coisas muito surpreendentes, e o estado de nervos de algumas pessoas vai piorando — comentou.

Direito constitucional precisa ser respeitado, diz Ana Amélia

“Nenhum cidadão brasileiro pode ser agredido ou humilhado ao evocar o direito legal de permanecer calado para não produzir provas contra si mesmo”, opinou Ana Amélia (PP-RS). A senadora lamentou a discussão ocorrida ontem durante o depoimento de Demóstenes Torres na CPI do Cachoeira.

— Direitos constitucionais devem ser preservados e respeitados, e nós, parlamentares, devemos dar o primeiro exemplo. Tenho enorme preocupação em preservar esta instituição que represento — disse.

Ana Amélia afirmou que todos os integrantes da CPI e toda a sociedade brasileira esperavam que Demóstenes respondesse às perguntas dos colegas, mas considerou “lamentável” a reação exacerbada ao fato de ele ter ficado calado.

— Entendo os protestos de alguns integrantes da CPI, como o do deputado Silvio Costa, que não concordaram com a posição do senador Demóstenes. Mas nenhum de nós pode aceitar que insultos, humilhações, agressões verbais e até certa tortura sejam dirigidos a qualquer pessoa.

Por mais vil que seja o acusado, ele está usando um direito constitucional — argumentou a parlamentar.

A senadora solidarizou-se com o colega Pedro Taques, que, em questão de ordem,



Para Ana Amélia, ninguém pode ser humilhado por usar prerrogativa legal

defendeu o direito de Demóstenes não responder perguntas e não ser insultado por isso, dizendo que Taques não estava defendendo Demóstenes pessoalmente, e sim “o direito inalienável de uma pessoa que está em julgamento”.

Conquistas

Em apertes, o próprio Taques, Eduardo Suplicy (PT-SP) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) apoiaram o pronunciamento de Ana Amélia.

— Ampla defesa, direito de não produzir provas contra si mesmo, direito à prerrogativa de utilização do silêncio são conquistas do indivíduo, são conquistas da civilização contemporânea. E nós não aceitaremos qualquer ataque a uma dessas prerrogativas individuais que constituem o nosso pacto civilizatório, seja quem for que esteja atacando e seja quem for o atacado — disse Randolfe.

Pedro Taques: “Não podemos nos igualar a criminosos”

Um fato “absolutamente lamentável do ponto de vista constitucional”. Assim o senador Pedro Taques definiu a forma como o deputado federal Silvio Costa fez acusações ao senador Demóstenes Torres, ontem, na CPI do Cachoeira.

Em discurso no Plenário, Taques reafirmou que considera gravíssimos os fatos praticados por Demóstenes. Para ele, o senador goiano não poderia ter um rádio habilitado por Carlinhos Cachoeira nos Estados Unidos, nem ter relações com “empresários do crime” como o contraventor.

Taques afirmou ainda que, ao permanecer calado, Demóstenes perdeu uma grande oportunidade de esclarecer os fatos que existem contra ele, explicando sua conduta ao Senado, ao povo de Goiás e a todos os brasileiros. “Igualou-se a criminosos outros que ficaram em silêncio”. Nada disso, no entanto, justifica, segundo Taques, que Demóstenes, “um cidadão”, tenha sido “tratado de forma desrespeitosa e inconstitucional pelos colegas”.

— Não podemos nos igualar a criminosos, esse é o limite da atuação de um representante do serviço público. Eu entendo que o senador Demóstenes foi, sim, humilhado. O presidente da CPI deveria, sim, ter dispensado o senador no momento em que exerceu o direito constitucional ao silêncio.

O senador lembrou que qualquer pessoa que tenha violado a Constituição mantidos garantidos os direitos previstos na lei. Para ele, abrir mão dos princípios constitucionais ao tratar de supostos criminosos significa abrir uma “porta gigante para o autoritarismo”. Em pouco tempo, alertou, pessoas seriam torturadas, juízes estariam fraudando provas, tudo em nome de uma ética consequencial, em que os fins justificariam os meios.

— A Constituição tem que ser cumprida, não interessa quem seja, não interessa o crime que tenha sido praticado. O limite da atuação do Estado é a própria Constituição da República — declarou.

Souza elogia produção de etanol no Brasil

Sérgio Souza (PMDB-PR) afirmou ontem que o programa de etanol brasileiro talvez seja o exemplo de maior sucesso de produto sustentável a ser apresentado ao mundo na Rio+20, a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, que acontece este mês no Rio de Janeiro. O senador afirmou que o etanol, como *commodity*, além de beneficiar o meio ambiente, é uma oportunidade de geração de emprego e renda para muitos países.

— Depois de muitos anos de investimento e pesquisa, o Brasil pode apresentar ao mundo uma fonte energética avançada do ponto de vista ambiental, eficiente do ponto de vista energético e viável economicamente — elogiou.

Souza ressaltou as boas condições logísticas de distribuição e consumo do produto atingidas pelo Brasil, que podem ser mostradas ao mundo na conferência. Ele destacou que existem dificuldades econômicas enfrentadas por toda a cadeia produtiva da cana-de-açúcar e, por isso, apontou a importância da implementação de políticas públicas voltadas para a retomada do crescimento do setor.

— Essa produção gera centenas de milhares de empregos no país — disse.

O senador elogiou ainda o programa nacional de biodiesel e disse que, embora o programa não tenha atingido sua plenitude quanto à geração de renda para os pequenos produtores, já é uma realidade na matriz de combustível nacional.



Souza diz que o país poderá mostrar boas experiências na Rio+20

Motivados pela redução da taxa Selic para 8,5% ao ano, integrantes da Comissão de Agricultura iniciam mobilização para que governo baixe em pelo menos 0,5% os juros do financiamento agrícola



Waldemir Moka (D) critica os juros do financiamento agrícola, ouvido por Cyro Miranda, Antonio Russo e Luiz Henrique

Senadores cobram juro menor para setor agrícola

COM A DECISÃO do Comitê de Política Monetária (Copom) de reduzir a taxa Selic de 9% para 8,5% ao ano, senadores da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) cobraram do governo a redução dos juros dos financiamentos agrícolas.

— Conclamo todos para que façamos um movimento para que agora, no lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar, que deve acontecer no mês de junho, o governo venha com uma boa notícia de pelo menos 0,5% [de redução dos juros]. O ideal seria 1%, porque o nosso produtor é aquele que tem feito a diferença no nosso país — disse Sérgio Souza (PMDB-PR), na reunião de ontem da CRA.

Para o senador, o resultado positivo da balança comercial brasileira e o crescimento do produto interno bruto (PIB) do país resultam de avanços do agronegócio, que faz jus a programas de crédito com encargos menores.

Waldemir Moka (PMDB-MS) e Ana Amélia (PP-RS) também apoiaram a redução das taxas cobradas do setor rural dos atuais 6,75% para 5,75% ao ano.

— Esses juros de 6,75% são ainda do tempo em que a taxa Selic era de 19% ao ano — disse Moka.

Para discutir o custo do dinheiro nos financiamentos de custeio e de investimento na safra 2012-2013 e os juros praticados no setor agrícola,



Presidente em exercício da CRA, Ana Amélia apoia a redução da taxa atual

os senadores aprovaram requerimento para realização de audiências públicas com autoridades do governo federal.

Lei garante isenção para trigo, pão e farinha

Foi publicada no *Diário Oficial da União* de ontem a Lei 12.655/12, que prorroga até dezembro a isenção do PIS-Pasep e da Cofins para importação e venda de trigo, farinha de trigo e pão comum no mercado interno. A isenção também vale para massas alimentícias, como espaguete e lasanha, mas somente até este mês.

A norma resulta de projeto de lei de conversão (PLV 9/12), aprovado pelo Senado no dia 8 de maio e

encaminhado à sanção da presidente Dilma Rousseff. O PLV é uma medida provisória (MP 552/11) modificada pela Câmara. Os deputados incluíram o queijo do reino entre os produtos isentos até o fim do ano.

Sancionada por Dilma na quarta-feira, a nova lei, que já está em vigor, também amplia de R\$ 75 mil para R\$ 85 mil o valor máximo dos imóveis que podem ser construídos por incorporadoras imobiliárias dentro de

um regime especial de tributação do Programa Minha Casa, Minha Vida.

O governo justificou a redução tributária para trigo, derivados, pães e massas alimentícias como uma forma de segurar os preços no varejo e a inflação. A ampliação do valor dos imóveis, por sua vez, teve como justificativa a redução do déficit habitacional da população de baixa renda, o estímulo à economia e a geração de emprego e renda.

Raupp apoia simplificação do crédito rural

Valdir Raupp (PMDB-RO) apoiou ontem a simplificação das regras para a concessão dos financiamentos rurais. As mudanças foram aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) em fevereiro e estarão na versão atualizada do *Manual de Crédito Rural*.

Com os novos mecanismos, aumenta para o agricultor a possibilidade de segurar a produção e esperar o momento mais atrativo de remuneração, evitando que os estoques sejam desovados logo após a colheita, período de maior baixa de preços, apenas pela necessidade de capital de giro do produtor.

A linha de custeio visa a cobrir as despesas comuns ao ciclo produtivo, desde a compra de insumos até a fase da colheita; a linha de investimento se aplica aos bens ou serviços duráveis, que perduram por anos; e a linha de comercialização possibilita ao produtor rural ou às cooperativas a obtenção de recursos que garantam o abastecimento e o armazenamento das colheitas nos períodos de queda dos preços.

Raupp destacou a situação crítica dos servidores do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra), do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Instituto Terra Legal Amazônia.

— Ao mesmo tempo em que elogio o governo, faço esse apelo para que melhorem as condições desses trabalhadores, para que a nossa agricultura continue desenvolvendo o nosso país.



Senador alerta para condições de servidores do setor agrícola

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burl

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Paim pede que estados do Sul sejam incluídos na MP da Seca

O senador Paulo Paim (PT-RS) manifestou em Plenário apoio à aprovação de emenda do senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ao texto da Medida Provisória 565/12, conhecida como MP da Seca.

A alteração da proposta por Bauer garante o montante de R\$ 5 bilhões em linhas de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) às empresas e produtores rurais atingidos pela seca nos três estados do Sul.

Conforme observou o parlamentar, a MP 565/12 trata somente das medidas de combate às consequências da estiagem que várias regiões do Nordeste atravessam desde julho de 2011.

Paim se solidarizou com entidades de agricultores gaúchos que solicitam uma linha de crédito emergencial no valor de R\$ 10 mil, com bônus de adimplência de



Paim defende mudança na MP da Seca, que hoje só beneficia Nordeste

50% voltado para investimentos em infraestrutura de irrigação e armazenamento de água.

O senador informou que o relator da MP 565/12, senador Walter Pinheiro (PT-BA), já se comprometeu a atender as solicitações dos agricultores, sobretudo com relação à questão do bônus.

Paim registrou ainda a realização da cerimônia de posse da nova diretoria da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) para o período 2012/2016.

Lídice quer que Codevasf beneficie área do rio Vaza-Barris

A senadora Lídice da Mata (PSB-BA) pediu a aprovação de seu projeto que inclui a Bacia do Rio Vaza-Barris, no nordeste da Bahia, na área de atuação da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf).

O projeto (PLS 143/12) também é assinado pelo senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

A inclusão da Bacia do Vaza-Barris na área da empresa, que já expandiu sua atuação para o Piauí, o Ceará e o Maranhão, contribuirá para o desenvolvimento de uma área prioritária e para a criação de distritos agroindustriais na região, disse a senadora.

De acordo com Lídice, a proposta vai beneficiar 1 milhão de pessoas em dois estados — o Vaza-Barris



Lídice da Mata: área do Vaza-Barris precisa da atenção do governo

nasce na Bahia e também banha Sergipe.

A senadora explicou que 150 mil sergipanos vivem em 14 municípios inseridos total ou parcialmente na Bacia do Vaza-Barris, enquanto na Bahia são 300 mil habitantes vizinhos à bacia hidrográfica, que ocupa região com os mais baixos índices pluviométricos e a mais elevada incerteza climática.

O senador Wellington Dias (PT-PI) manifestou apoio a Lídice da Mata.

Congresso fará sessão pelo Dia Mundial do Ambiente

Evento foi pedido pelo senador Rodrigo Rollemberg e pelo deputado Sarney Filho e será realizado na segunda-feira no Senado; na terça, Brasil sediará celebração das Nações Unidas

O CONGRESSO NACIONAL fará uma sessão solene nesta segunda-feira, no Plenário do Senado, para comemorar o Dia Mundial do Meio Ambiente.

O evento, iniciativa do senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) e do deputado federal Sarney Filho (PV-MA), ocorre às vésperas da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), que será realizada entre os dias 13 e 22, no Rio.

A comemoração também coincide com a escolha do Brasil, pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), para sediar as celebrações internacionais do Dia Mundial do Meio Ambiente (WED, na sigla em inglês), comemorado anualmente no dia 5 de junho.

Segundo a entidade, o Brasil ocupa uma posição de destaque na construção de uma economia que inclui a reciclagem, a energia renovável e a geração de empregos verdes. O programa também chama a atenção para os bons resultados alcançados pelo país na



Salto de Corumbá, em Goiás: Congresso lembrará Dia Mundial do Meio Ambiente

redução do desmatamento na Amazônia.

O tema proposto para reflexão neste ano é "Economia Verde: ela te inclui?". As celebrações no Brasil são parte de milhares de eventos que acontecerão no mundo todo.

O WED 2012 vai enfatizar que ações individuais podem ter um impacto exponencial, com uma variedade de atividades que vão desde uma maratona até mutirões de limpeza, competições entre blogueiros, exposições e seminários.

Comissão começa a analisar mudanças na lei florestal

Está marcada para a terça-feira a reunião da comissão mista que vai examinar a medida provisória que altera o recém-sancionado Código Florestal (MP 571/12).

A informação foi dada pelo senador Luiz Henrique (PMDB-SC), que será o relator da comissão.

A MP restabelece o texto construído no Senado, resultado de um amplo entendimento com técnicos do governo, cientistas e setor produtivo. Entre

as alterações contidas na MP está a redução da exigência de recomposição de mata ciliar para pequenos produtores que plantaram em área de preservação permanente (APP) até 2008.

— A decisão da presidente [Dilma Rousseff] de beneficiar os pequenos agricultores vai representar a pedra de toque para que nós consigamos fazer um novo projeto convergente.

O Congresso tem até outubro para examinar a MP.



Luiz Henrique, que será relator da MP que muda o novo Código Florestal

Inclusão do Amapá no Plano Nacional de Banda Larga é vitória, diz Randolfe

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) falou do Plano Nacional de Banda Larga no Amapá, que será lançado hoje, em Macapá, pelo ministro das Comunicações, Paulo Bernardo.

Randolfe disse que o Amapá tem a pior cobertura de internet e, ao mesmo tempo, a pior cobertura de banda larga do país. O senador aponta concentração da internet nas regiões Sul e Sudeste, com 63% da oferta de banda larga, ao passo que a Amazônia



acumula a menor e a pior coberturas de banda larga.

Ainda hoje, acrescentou Randolfe, haverá o lançamento do sinal digital da TV Amapá, iniciativa que ele classificou de "vitória conjunta da bancada federal

e do governo do estado".

No mesmo dia, a população local celebrará os 100 anos de nascimento do capitão Janary Gentil Nunes, primeiro governador do então território do Amapá.

Casildo: programa que amplia acesso à internet promove "verdadeira integração"

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) parabenizou o Amapá, hoje, pelo lançamento do Plano Nacional de Banda Larga.

Para ele, o lançamento do plano no Amapá é uma conquista do país.

— Esta é a verdadeira integração de que nós precisamos, senador Randolfe — disse ele, voltando-se para Randolfe Rodrigues, que havia discursado sobre o mesmo tema. — É o direito da comunicação melhor, é integrar



os que estão mais distantes uns dos outros.

Casildo Maldaner disse que é preciso diminuir as desigualdades não somente no acesso à banda larga. Para ele, é necessário "descentralizar o Brasil" também em outros

campos, como a educação e a saúde.

— Precisamos fazer com que haja essa descentralização para que possamos integrar o Brasil como um todo, para que todos se sintam partícipes desta mesma pátria.

Benefício valerá em todos os países do bloco para viagens com até 90 dias de duração; projeto, que ratifica acordo internacional, agora vai para o Plenário do Senado

Comissão aprova isenção de visto para a União Europeia

A COMISSÃO DE Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem o projeto que ratifica o acordo firmado pelo Brasil e pela União Europeia sobre isenção de vistos de curta duração para portadores de passaportes comuns (PDS 123/12).

O texto do acordo, firmado em Bruxelas em 2010, agora será votado pelo Plenário.

O relator *ad hoc* do projeto, Luiz Henrique (PMDB-SC), observou em seu voto que o acordo harmoniza o regime de isenção de vistos para os cidadãos do Brasil e do bloco europeu.

O Brasil já havia celebrado acordos de isenção de vistos isoladamente com vários países europeus, antes de

passarem a integrar a União Europeia ou de haverem aderido à política comum do Espaço Schengen (dentro do qual é garantida a livre circulação de pessoas).

A isenção de vistos aplica-se a permanências de até 90 dias, destinadas a atividades turísticas, visitas familiares e participação em conferências e competições esportivas.

— Há uma nítida percepção de que o acordo produzirá benéficos efeitos para o turismo e os negócios entre o Brasil e os países da União Europeia, contribuindo para afastar eventuais distorções de aplicação da isenção do visto em diferentes Estados membros e, indiretamente, para aumentar o fluxo de pessoas e de

transações entre as partes — disse Luiz Henrique.

Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou o acordo por “caminhar na direção de eliminar vistos”, mas demonstrou preocupação com a situação de cidadãos brasileiros que têm sido barrados no aeroporto de Madri e enviados de volta para o Brasil, por não atenderem a exigências burocráticas feitas por autoridades espanholas.

Na reunião, presidida por Fernando Collor (PTB-AL), também foi aprovado o projeto que aprova acordo com a Turquia sobre o trabalho remunerado de dependentes de missões diplomáticas (PDS 79/12). A relatora *ad hoc* do projeto foi Ana Amélia (PP-RS).

Suplicy: Assembleia de Cuba deve mudar regime de migração

O anúncio feito esta semana, de que a Assembleia Nacional de Cuba deve em breve aprovar uma ampla mudança do regime de migração daquele país, incluindo a autorização para que cidadãos cubanos viajem livremente ao exterior, foi comemorado por Eduardo Suplicy.

O senador observou que a medida possibilitaria a visita ao Brasil da blogueira Yoani Sánchez, que tentou sem sucesso viajar à Bahia no início deste ano. Em março, Suplicy submeteu dois requerimentos à CRE, um defendendo o fim do bloqueio norte-americano à economia de Cuba e outro solicitando ao governo cubano a permissão de viagem a Yoani e a liberação de presos políticos que estão nas prisões da ilha. O primeiro

requerimento foi aprovado pela comissão, enquanto o segundo foi rejeitado.

Suplicy vinha solicitando a rápida votação no Plenário do requerimento rejeitado. Mas, tendo em vista a possibilidade de mudanças na legislação cubana, disse que pode esperar “até meados de setembro, em um sinal de boa vontade com o governo cubano”.

Revista

Ainda na reunião da CRE, Fernando Collor anunciou o adiamento, para 5 de junho, Dia Mundial do Meio Ambiente, do lançamento da 11ª edição da revista *Em discussão!*, produzida pelo **Jornal do Senado**, a respeito dos preparativos para a conferência Rio+20.



Senador Fernando Collor conduz a reunião em que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprovou o projeto que libera do visto os brasileiros que fazem viagens curtas à União Europeia

Eduardo Lopes defende fortalecimento dos poderes regionais e locais

“As relações entre a União, estados e municípios brasileiros não correspondem à realidade política e administrativa do país”, disse Eduardo Lopes (PRB-RJ). O senador defendeu o fortalecimento dos poderes regionais e locais no ajuste do pacto federativo que está sendo feito por uma comissão de notáveis instituída pelo Senado com esse objetivo.

Lopes afirmou que não há uma definição clara da correlação das competências, do grau de autonomia e dos instrumentos de cooperação entre os estados federados. Ele acrescentou que “o desequilíbrio federativo se manifesta principalmente em consequências insatisfatórias na alocação de recursos financeiros no setor público”.

— Estados e municípios devem ser colocados na condição de agentes do desenvolvimento social — afirmou.



Lopes pede que novo pacto federativo valorize papel de estados e municípios

PT é destaque na política por ter “laços sólidos” com eleitor, afirma Anibal

Anibal Diniz (PT-AC) leu e comentou, no Plenário, um artigo do diretor do Instituto Vox Populi, Marcos Coimbra, publicado na revista *Carta Capital*. O texto cita uma pesquisa que mostra que 50% dos eleitores não têm partido, 30% são petistas e 20% simpatizam com algum outro partido.

Coimbra atribui o resultado do PT “ao sucesso de Lula e ao bom começo de Dilma”, mas diz que “não é correto interpretá-los como fruto exclusivo da atuação de ambos”.

— Em suas três décadas, o Partido dos Trabalhadores desenvolveu algo que inexistia em nossa cultura política e se diferenciou dos demais partidos: formou laços sólidos com uma ampla parcela do eleitorado.

O senador ressaltou que a pesquisa “é uma prova inequívoca de que o povo brasileiro sabe reconhecer a importância da política”.



Anibal Diniz lê, no Plenário, artigo de revista sobre o interesse dos cidadãos pelos partidos

Walter Pinheiro pede liberação de obras em aeroporto na Bahia

O município de Feira de Santana precisa de um aeroporto para assegurar o desenvolvimento da Bahia, disse Walter Pinheiro (PT-BA). O senador fez um apelo à ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, e à Secretaria Nacional de Aviação Civil para que autorizem as obras e o funcionamento do aeroporto, que hoje tem voos apenas para Salvador. Pinheiro explicou que a cidade, segunda maior do estado, é considerada a ponte entre Salvador e o resto do país.

O governo da Bahia abriu concorrência pública para exploração do aeroporto pela iniciativa privada. Venceu o consórcio formado pelas empresas Sinart e UTC Participações, que tem 45% do capital no grupo que venceu a disputa por Viracopos, em Campinas (SP). “Precisamos agora validar esse processo”, disse.



Segundo o senador, aeroporto de Feira de Santana garante o desenvolvimento da Bahia

Sérgio Souza quer mais investimentos no setor de transportes e infraestrutura

O aprimoramento da logística de transporte no país, com investimentos significativos no setor, é — na avaliação de Sérgio Souza (PMDB-PR) — fundamental para que o país não chegue à estagnação no que diz respeito ao desenvolvimento ou, até, mesmo, a um crescimento negativo.

O senador ressaltou que o Fórum Futuro 10 Paraná e o Movimento Pró-Paraná são duas organizações que atuam na busca da melhoria da infraestrutura de seu estado de forma a estimular o desenvolvimento.

Souza também afirmou que os critérios de divisão das bacias petrolíferas na costa brasileira prejudicam estados de pequena faixa litorânea como o Paraná e o Piauí, e considerou oportuna a discussão sobre os *royalties* do petróleo para que esses estados busquem uma divisão mais adequada. O senador destacou ter participado, na quarta-feira, da terceira edição do Prêmio Top Etanol, evento do Projeto Agora, que reúne empresas de toda a cadeia sucroenergética do país e oferece premiações em quatro modalidades: jornalismo, trabalhos acadêmicos, fotografia e inovação tecnológica.